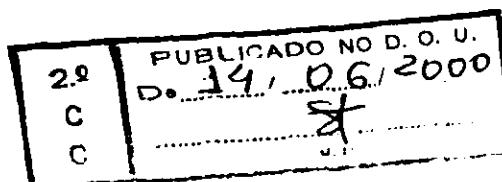




MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE



Processo : **13407.000200/94-21**  
Acórdão : **202-11.918**

Sessão : **15 de março de 2000**  
Recurso : **101.569**  
Recorrente : **INDÚSTRIA DE ESTOFADOS VENEZA LTDA.**  
Recorrida : **DRJ em Recife - PE**

**COFINS - CRÉDITO TRIBUTÁRIO LANÇADO EX OFFICIO - COMPENSAÇÃO EFETIVADA COM VALORES RECOLHIDOS A MAIOR A TÍTULO DE FINSOCIAL - Procedimento amparado no artigo 66 da Lei nº 8.383/91 e convalidado pelo artigo 2º da Instrução Normativa SRF nº 032/97. Recurso a que se dá provimento.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: **INDÚSTRIA DE ESTOFADOS VENEZA LTDA.**

**ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso.**

Sala das Sessões, em 15 de março de 2000

**Marcos Vinicius Neder de Lima**  
**Presidente**

**Tarasio Campelo Borges**  
**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Helvio Escovedo Barcellos, Oswaldo Tancredo de Oliveira, Antonio Carlos Bueno Ribeiro, Luiz Roberto Domingo, Maria Teresa Martinez López e Ricardo Leite Rodrigues.

cl/cf



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

100

Processo : **13407.000200/94-21**

Acórdão : **202-11.918**

Recurso : **101.569**

Recorrente : **INDÚSTRIA DE ESTOFADOS VENEZA LTDA.**

## RELATÓRIO

Trata o presente processo de recurso voluntário contra decisão de primeira instância administrativa que julgou procedente a exigência da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, referente a fatos geradores ocorridos no mês de setembro/92.

Os fatos e as razões de impugnação estão assim sintetizados no relatório da Decisão Recorrida de fls. 19/22:

“Para a exigência do Crédito Tributário adiante especificado, foi lavrado contra a pessoa jurídica supra mencionada, o Auto de Infração constante do presente processo, fls. 02 a 05, de conformidade com as normas prescritas pelo Decreto nº 70.235/72, art. 9º, parágrafo 1º, com a nova redação dada pelo art. 1º da Lei 8.748/93.

<u>CONTRIBUIÇÃO</u>	<u>CRÉDITO (UFIR)</u>
COFINS (fatos geradores até 31.12.94)	195,27
Juros de Mora (calculados até 30.09.94)	44,91
Multa Proporcional	<u>195,27</u>
<b>TOTAL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO</b>	<b>435,45</b>

O Crédito Tributário, acima, decorreu da infração descrita no Auto de Infração à fl. 05, que passa a integrar a presente Decisão, como se aqui transscrito fosse, bem como tudo mais que do processo consta, a qual corresponde a seguinte irregularidade, e enquadramento legal:

### 1 – FALTA DE RECOLHIMENTO DA COFINS:

- Valor apurado conforme Livro de Apuração de ICMS, Registro de Saída.

<b>Fato gerador</b>	<b>Valor Tributável</b>
09/92	Cr\$ 37.757.940,00

Capitulação Legal: Arts 1º, 2º, 3º, 4º e 5º da Lei Complementar nº 70 de 30.12.91.

As fundamentações legais e as bases tributáveis dos lançamentos estão devidamente expressas no Auto de Infração de fls. 02 a 05.



Processo : 13407.000200/94-21

Acórdão : 202-11.918

Tempestivamente, a autuada formula as suas razões de DEFESA às fls. 07 a 10, e demonstrativo anexo às fls. 11 a 12, impugnando totalmente o Auto de Infração contra ela lavrado, sob as seguintes argumentações:

Primeiramente, a autuada se reporta, equivocadamente, aos lançamentos relativos ao PIS, referentes aos períodos de apuração de 01/90, 04/90, 06/90, 07/90 e 09/92, os não compõe o presente processo.

A autuada, em sua peça impugnatória, também alega que não deve a Receita Federal porque fez uso do princípio da compensação disposto no art. 66 § 1º da lei nº 8383/91, e que sendo detentora de crédito tributário no valor de 1.838,83 UFIR, relativo a valores pagos a maior a título de FINSOCIAL, conforme demonstrativos de fls. 11 a 12, faz jus a devida compensação.

Sobre o assunto, a autuada afirma que a compensação tributária é permitida independente de qualquer comunicação, logo é automática.

A impugnante também assevera que os valores pagos a maior relativos ao FINSOCIAL devem ser considerados com a correspondente atualização monetária, utilizando-se o mesmo índice adotado pelo governo para cobrar seus créditos juntos aos contribuintes inadimplentes, citando a decisão unânime do TRF da 1ª Região, 3ª Turma, publicada em 19.11.92, ap. Civil nº 92.01.241437 DF, Relator Luiz Vicente Leal.

A impugnante firma o entendimento de que, sendo o PIS, a COFINS e o FINSOCIAL de mesma natureza jurídica, vez que possuem o mesmo fato gerador, conforme preceitua o art. 4º do C.T.N., faz jus a compensação requerida com base no art. 66 da Lei nº 8.383/91, já que a União é o credor de ambos e a defendant, o devedor.

Ainda, afirma que o Judiciário Federal vem se posicionando favoravelmente à compensação do crédito do FINSOCIAL com os débitos de PIS, COFINS, CSSL, INSS e até mesmo com o IRPJ, fazendo menção a existência de decisões, nesse sentido, oriundas da 2ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Concluindo, a impugnante requer insubsistência do presente lançamento, uma vez que, de acordo com o Auto de Infração em lide, a mesma é devedora de 195,27 UFIR, porém é detentora do crédito tributário no montante de 1.838,83, conforme demonstrativo de fls. 11 a 12, fazendo menção aos



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 13407.000200/94-21

Acórdão : 202-11.918

artigos 1.049 a 1.052 do Código Civil, e art. 156, II do Código Tributário Nacional.”

A autoridade monocrática entendeu ser vedada a compensação de valores pagos a maior referentes à contribuição extinta com débitos constituídos de contribuição vigente, em decisão cuja ementa tem o seguinte teor:

**“CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL – COFINS –**

**COMPENSAÇÃO DO FINSOCIAL COM A COFINS:**

É vedada a compensação de créditos de contribuição extinta, como é o caso do FINSOCIAL, com débitos de contribuição vigente – COFINS, instituída pela Lei Complementar nº 70/91 de 30.12.91.

**AÇÃO ADMINISTRATIVA PROCEDENTE”.**

No Recurso Voluntário de fls. 29/31, a petionária contesta os fundamentos da decisão de primeira instância, insistindo na tese do direito à compensação dos débitos constituídos no presente processo com créditos do FINSOCIAL oriundos de recolhimentos a maior, calculados com alíquota superior a 0,5%.

Cumprindo o disposto no art. 1º da Portaria MF nº 260, de 24.10.95, com a nova redação dada pela Portaria MF nº 180, de 03.06.96, então vigentes, a Procuradoria da Fazenda Nacional apresentou contra-razões ao recurso, onde requer a manutenção do lançamento, em conformidade com a decisão recorrida.

O presente processo já foi apreciado por esta Câmara, em Sessão de 13 de maio de 1998, ocasião em que o julgamento do recurso foi convertido em diligência à repartição de origem, tendo por fim a verificação da certeza e liquidez dos alegados recolhimentos a maior da Contribuição para o Fundo de Investimento Social – FINSOCIAL com alíquota superior a 0,5%, bem como a suficiência dos aludidos créditos para a liquidação total ou parcial dos débitos para com a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, referentes aos períodos de apuração de que trata este processo.

Em atendimento à Diligência nº 202-01.976, foram acostados aos autos os Documentos de fls. 66/83.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

103

Processo : 13407.000200/94-21  
Acórdão : 202-11.918

### VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR TARÁSIO CAMPELO BORGES

O recurso é tempestivo e dele conheço.

Conforme relatado, o presente processo trata da exigência da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, que a ora recorrente assevera ser compensável com valores recolhidos a maior a título de Contribuição para o Fundo de Investimento Social – FINSOCIAL, calculados com alíquota superior a 0,5%.

Ao confrontar os valores recolhidos a maior a título de Contribuição para o Fundo de Investimento Social – FINSOCIAL com o valor exigido no lançamento de fls. 02/05, o Auditor-Fiscal designado para cumprir a Diligência de fls. 60/64 informa, no Termo de Encerramento de Diligência de fls. 68:

“... verificamos que o referido contribuinte pagou, nos meses 05/90; 08/90; 09/90; 10/90; 11/90; 12/90; 01/91; 02/91; 03/91; 04/91; 05/91; 06/91; 07/91; 08/91; 09/91; 10/91; 12/91; 01/92; 02/92; 03/92, FINSOCIAL com alíquota superior a 0,5 por cento.

Constatamos também que deixou de recolher, nos meses de 01/90; 02/90; 03/90; 04/90; 06/90; 07/90; 08/90; 09/90; o PIS.

Diante destes fatos, levantamos os valores pagos a maior de FINSOCIAL e liquidamos os débitos do PIS; corrigimos os saldos remanescentes e chegamos a um saldo acumulado, corrigido, 1.260,12 UFIR.

Se o contribuinte requer compensação com as 195,27 UFIR do referido processo, restam-lhe ainda um crédito de 1.064,85 UFIR.”

Destarte, é fato incontrovertido a certeza e liquidez de valores recolhidos a maior a título de Contribuição para o Fundo de Investimento Social – FINSOCIAL, em montante suficiente para suportar a compensação com a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS exigida no lançamento *ex officio* objeto deste processo.

Outrossim, a ora Recorrente aduz ter feito uso da faculdade do artigo 66 da Lei nº 8.363/91 sem que a autoridade competente tenha infirmado tal fato.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

1024

Processo : 13407.000200/94-21

Acórdão : 202-11.918

Com essas considerações, e amparado no artigo 66 da Lei nº 8.383/91, c/c o artigo 2º da Instrução Normativa SRF nº 032/97, dou provimento ao Recurso Voluntário.

Sala das Sessões, em 15 de março de 2000

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Tarálio Campelo Borges'.

TARÁLIO CAMPELO BORGES